

O DIA A DIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO IMPRESSO EM CRÔNICA: O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO PORTUGUÊS A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE NENO VASCO*

Thiago Lemos Silva**

Resumo: Tomando como ponto de partida a trajetória do anarquista português Neno Vasco, o presente artigo propõe-se a interrogar a genealogia do sindicalismo revolucionário em terras lusitanas. Para tanto, o autor utilizou suas crônicas publicadas no livro *Da Porta da Europa* e na imprensa anarquista e operária do Brasil e Portugal. A partir de sua escrita cronística, foi possível evidenciar a contribuição diária dos anarquistas para a construção das estratégias sindicais de enfrentamento contra o capital durante a década de 1910.

Palavras Chave: Neno Vasco, Anarquismo, Sindicalismo, Imprensa.

Neno Vasco, na realidade pseudônimo de Gregório Nazianzeno de Moreira Queiroz e Vaconcelos, nasceu em Penafiel em 1878. Seguiu ainda criança, aos 9 anos de idade, para o Brasil na companhia do pai e da madrasta, tendo posteriormente regressado a Portugal, para a casa dos avós paternos com o objetivo de concluir os seus estudos ginasiais. Depois que concluiu o liceu em Amarante, em 1895, matriculou-se na faculdade de Direito de Coimbra no ano seguinte.

Foi durante ainda a sua estadia na academia lusitana que aderiu, em conjunto com um grupo de jovens estudantes, ao anarquismo. Em 1901, após ter retirado o diploma de bacharel em Direito, emigra novamente para o Brasil com o intento de reencontrar o seu pai, onde retoma e consolida sua formação política. Em 1911, retornou para Portugal onde deu continuidade a sua atividade militante.

Entre idas e vindas a atividade militante de Neno junto ao movimento anarquista e operário transcorreu em partes mais ou menos iguais no Brasil (1901-1911) e em Portugal (1911-1920), quase uma década em cada um deles na realidade. Embora seja

* Este texto retoma e atualiza algumas questões desenvolvidas em trabalho anterior: SILVA, Thiago Lemos. *Fragments biográficos de um anarquista na Porta da Europa*: a escrita cronística como escrita de si em Neno Vasco. Dissertação (Mestrado em História), UFU, Uberlândia, 2012.

**Mestre em História pela UFU (Universidade Federal de Uberlândia), professor na rede pública e particular de educação básica de Patos de Minas (Minas Gerais) e membro do conselho editorial da Coleção “Estudos do Anarquismo” da Editora Prismas.

necessário sublinhar que enquanto estava no Brasil colaborava com a imprensa portuguesa e enquanto se encontrava em Portugal colaborava com a imprensa brasileira.

Esse constante ir e vir do anarquista não era, de modo algum, desengajado. Na realidade, ele acreditava que o estreitamento dos laços entre o movimento anarquista e operário do Brasil e de Portugal, era de suma importância para o construto de diferentes estratégias, onde todos os países, desprezando as fronteiras criadas pelo Estado, se federalizariam para instituir uma sociedade livre das peias capitalistas.

Assim como se fala, escreveu Neno Vasco, de aproximações comerciais e políticas, de missões diplomáticas e intelectuais, assim, nós devemos encarar e realizar uma união - não na forma, muitas vezes vazia, mas no que constitui a essência, a carne, o sangue, dessa aliança - a incessante troca de recursos de toda espécie. Nessa permuta de ideias, de correspondências, de publicações, de contribuições pecuniárias - e sobretudo de homens, para o conhecimento direto e pessoal dos ambientes e indivíduos - muito terão a ganhar o movimento anarquista de Portugal e o do Brasil.¹

Partindo de tal pensamento e sensibilidade, atuou como uma espécie de “diplomata” entre os companheiros situados do lado de *cá* e do lado de *lá* do Atlântico. Através de uma atividade jornalística constante e diversificada em periódicos brasileiros e portugueses, ele colaborou para a construção de um *locus* de intensos debates envolvendo diferentes estratégias de combate ao capitalismo nos meios anarquistas e operários dos respectivos países, materializando, por assim dizer, uma união internacional entre Brasil e Portugal.

Vitimado por uma tuberculose, Neno Vasco faleceu em 1920, com apenas 43 anos. Apesar de ter compartilhado o mesmo destino do escritor português Silva Pinto², que “morreu miseravelmente” e foi “miseravelmente enterrado”, parece que em vida o mesmo não ocorreu³. Ao contrário do que se passou com o seu conterrâneo, parece que a personalidade do anarquista não “se desconjuntou e se descoloriu na mesquinha tarefa de comentar dia-a-dia [...] os raquíticos e fastidiosos sucessos do ramerrão político e social [...] pela obrigação cotidiana do ganha pão”. Pois, o “árido amargor” desta tarefa parece ter sido compensado pelo “sopro vivificante” das “ideias largas e modernas” que

¹ VASCO, Neno. O movimento anarquista no Brasil. *A Sementeira*, Lisboa, maio de 1911.

² António José da Silva Pinto (Lisboa, 14 de abril de 1848- Lisboa, 4 de novembro de 1911), foi um escritor português, crítico literário, ensaísta, dramaturgo, contemporâneo de Neno. Quando do seu falecimento ele devotou-lhe uma crônica fazendo um pequeno balanço da sua vida e obra. VASCO, Neno. *Da Porta da Europa*. Lisboa: Biblioteca Libertas, 1913, p. 109.

³ *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) anarquismo(s) no Brasil*. VASCO, Neno. Uberlândia, Mimeo, 2000, p. 103.

o anarquismo trouxe, o que permitiu a ele manter-se otimista em face dos desafios que lhe eram colocados: “O pessimismo desalentado me soa mal e o azedume me incomoda, só amo os hinos à vida”⁴, escreveu ele.

Assim como muitos anarquistas engajados com o movimento operário, Neno defendeu com veemência a necessidade da ação e organização sindical. Mas, por causa do seu temperamento acanhado e retraído, ele não era um militante que ajudava na edificação direta de sindicatos, não se colocava à frente da organização de colóquios operários, e, muito menos, ia para frente das fábricas discursar para os trabalhadores em greve, como mostra Alexandre Samis⁵ em seu pioneiro e instigante trabalho sobre a vida/obra deste militante.

Foi, portanto, através dos jornais vinculados à imprensa anarquista que ele marcou sua presença no movimento operário dos dois respectivos países. Dono de uma prosa invulgar, ele se destacou enquanto jornalista, mas, igualmente enquanto autor de peças teatrais⁶, contos⁷, poesias⁸ e crônicas⁹, onde se evidencia o seu ativismo em prol da criação de uma estratégia sindical de ação direta, o que colaborou, e muito, para conferir o “tom anarquista”¹⁰, segundo a feliz expressão de Jacy Alves de Seixas, que caracterizou o movimento operário do deste e do outro lado do Atlântico.

Interrogar o complexo processo de formação do sindicalismo revolucionário em Portugal, tomando como “*fio de Ariadne*” a trajetória percorrida pelo teórico e militante anarquista Neno Vasco constitui o objetivo maior deste trabalho. Para tanto, utilizo as crônicas de Neno Vasco que foram publicadas no livro *Da Porta da Europa* e na imprensa anarquista e operária do Brasil e Portugal, por meio das quais ele compartilhou com seus leitores por quase dez anos sua:

⁴ VASCO, Neno. *Op.Cit.*, 1913 p.109.

⁵ SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário em Dois Mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

⁶ VASCO, Neno. *O Pecado da Simonia*. São Paulo: Centro Editor Juventude do Futuro, 1920; VASCO, Neno. *Greve dos Inquilinos*. Lisboa: Editora de A Batalha, 1923.

⁷ VASCO, Neno. Os Parasitas. In: PRADO, Arnoni; HARDMAN, Foot; LEAL, Claudia (Orgs). *Contos Anarquistas: temas & textos da prosa libertária no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

⁸ VASCO, Neno. A marselhesa do Fogo. In: KHOURY, Yara Aun (Org.). Poesia Anarquista. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, nº 15, 1988.

⁹ Uma análise mais verticalizada das crônicas de Neno Vasco, podem ser encontradas em: SILVA, Thiago Lemos. A crônica sob a pena de Neno Vasco: entre a arte e a militância. *Comuna de Patos*. Patos de Minas, 2012. Disponível em: <http://comunadepatos.blogspot.com.br/2012/09/neno-vasco-cronica-de-um-anarquista.html>.

¹⁰ SEIXAS, Jacy Alves de. *Memoire et oubli: Anarchisme et Syndicalisme Revoluttionaire au Brésil*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1992,p.218.

[...] apreciação de alguns dos fatos mais salientes da agitada vida social moderna e do período em que Portugal entrou nestes últimos [...] anos, feita por um critério que não é o dos partidos políticos em luta a volta do poder, nem tampouco o dos cétricos pessimistas extra-partidários¹¹.

As crônicas publicadas no livro *Da Porta da Europa* em 1913 recobrem o período que vai de 1911 a 1912. Trata-se de uma seleção que se concentrou nos principais órgãos da imprensa anarquista e operária do Brasil e de Portugal, pelos quais circulou boa parte da produção literária de Neno Vasco no período posterior a sua travessia para o outro lado do Atlântico. O roteiro inicial do livro começa com o jornal *A Lanterna*¹² (1911-1916), de São Paulo. Do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, temos as crônicas publicadas respectivamente nos jornais *A Guerra Social* (1911-1912) e *O Diário* (1909-1912). As crônicas publicadas nas revistas *A Aurora* (1910-1920), do Porto, e *A Sementeira* (1908-1913) de Lisboa fecham esse roteiro¹³.

Já as crônicas publicadas na imprensa anarquista e operária no Brasil e em Portugal recobrem um período maior, que se inicia em 1911, mas se prolonga até 1920. Nesse período, encontramos crônicas publicadas nos mesmos jornais de onde Neno extraiu as crônicas publicadas outrora em seu livro. Porém como alguns deles, tais como: *A Lanterna*, *A Aurora* e *A Sementeira* continuaram circulando no período posterior à publicação do livro, Neno Vasco prosseguiu atuando como cronista neles.

A escolha de suas crônicas enquanto fonte privilegiada para essa pesquisa impôs-se pela importância que esse gênero literário assumiu frente aos demais nos periódicos militantes. Segundo Antonio Arnoni Prado e Francisco Foot Hardman:

Longe do andamento figurativo e esquemático do romance humanitário aberto às teses anarquistas (heróis redentores, moralismo purificador, humanismo artificial do *locus amoenus*), impunha-se o registro da opressão cotidiana que transformava a

¹¹VASCO, Neno. *Op.Cit.*, 1913, p. 1. Embora esta citação remeta ao posicionamento do autor em relação às suas crônicas publicadas até 1913, acredito que este posicionamento era extensivo às suas crônicas publicadas até 1920, data do seu falecimento.

¹²Embora o livro tivesse recebido o mesmo nome que a coluna de crônicas publicadas no jornal *A Lanterna: Da Porta da Europa*, o livro traz crônicas que foram originalmente publicadas em outros jornais com os quais Neno colaborava. Além das crônicas publicadas nesta coluna, ele também publicava crônicas na coluna *Sermões ao Ar Livre*, sob o pseudônimo de Zeno Vaz. Diferentemente das crônicas publicadas em *Da Porta da Europa*, as crônicas publicadas em *Sermões ao Ar Livre* versavam apenas sobre anticlericalismo.

¹³ VASCO, Neno. *Op.Cit.* 1913, p. 01.

palavra em instrumento de sobrevivência, experimentando a narrativa curta na percepção do flagrante.¹⁴

Ao experimentar a narrativa curta, o cronista Neno Vasco consegue perceber o flagrante no momento da sua consecução. Desse modo, o assunto da sua escrita pode surgir de forma ocasional, e ir preenchendo a pauta do jornal a partir das demandas que, segundo ele, sejam importantes para a militância:

[...] a denúncia de maus tratos nas fábricas, a comemoração de um evento revolucionário, o confronto com a repressão, o registro quase expressionista da miséria, a imagem corrosiva da cena burguesa, a caricatura impiedosa dos inimigos da causa, com ênfase para o burguês, o militar e o padre.¹⁵

O presente artigo encontra-se dividido em três partes. Na primeira, discuto o processo de enraizamento e duração do sindicalismo revolucionário em terras lusitanas durante as greves rurais e urbanas ocorridas no biênio de 1911-1912, resultantes, em larga medida, do descontentamento dos trabalhadores em face do recém instaurado regime republicano. Já na segunda, busco problematizar a tentativa de unificação do proletariado português na União Operária Nacional (UON), durante o Congresso de Tomar em 1914, bem como os conflitos entre anarquistas e socialistas que daí surgiram. Na terceira, por sua vez, interrogo as divisões geradas no interior da Confederação Geral do Trabalho (CGT) em virtude dos impactos gerados pela Revolução Russa nos fins da década de 1910.

Após um interregno de dez anos vivendo no Brasil, Neno Vasco retornou para Portugal. Assim que concluiu a travessia do Atlântico a bordo do vapor holandês Frísia, em 04 de maio de 1911, Neno Vasco fixou-se em Lisboa. Uma vez em terra firme, procurou, logo que possível, restabelecer contato com Hilário Marques, diretor da revista *A Sementeira*¹⁶. Embora Neno e Marques não se conhecessem pessoalmente, a troca epistolar entre ambos, que remete ao período em que Neno Vasco ainda residia no

¹⁴ PRADO, Arnoni; HARDMAN, Foot. Apresentação. In: PRADO, Arnoni; HARDMAN, Foot; LEAL, Claudia (Orgs). *Contos Anarquistas: temas & textos da prosa libertária no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 16.

¹⁵ Idem, p. 20.

¹⁶ Sobre *A Sementeira* ver: FREIRE, João. *A Sementeira do arsenalista Hilário Marques*. *Análise Social*, Lisboa, n.º. 67/68, 1981.

Brasil, parece ter gerado um grande vínculo de afinidade entre os dois. Foi graças a este contato com Marques, escrupulosamente mantido por quase dez anos, que ele conseguiria granjear algum espaço nas folhas anarquistas e operárias da imprensa portuguesa. Agora, entretanto, ele iria obter uma visibilidade muito maior¹⁷.

Sem alterar, demasiadamente, a fisionomia ideológica d' *A Sementeira*, ele não encontrou muitas dificuldades para poder se alinhar ao perfil editorial deste periódico mensal, que, naquela conjuntura, já caminhava a passos largos rumo ao movimento sindical. Neno Vasco via neste periódico especificamente anarquista, assim como viu na revista *Aurora* (1905) e nos jornais *O Amigo do Povo* (1902-1905) e a *A Terra Livre* (1905-1910) que dirigiu no Brasil¹⁸, o caminho mais adequado para a divulgação e difusão da ideologia libertária junto às classes trabalhadoras:

[...] Insistindo neste itinerário, o trabalho executado vinha ao encontro de uma obstinada busca empreendida por ele, a partir da qual a propaganda ideológica (nos sindicatos) associada a uma arguta análise das mudanças [...], unidos todos estes elementos, tornariam possíveis o lançamento das bases para a organização de um movimento anarquista forte e com chances de duradouro protagonismo social¹⁹.

A partir das longas e proveitosas conversas tecidas tardes adentro na taverna conhecida pelo vulgo de “Feijão Encarnado”²⁰, ponto de encontro dos colaboradores d' *A Sementeira*, Neno ia se inteirando dos principais fatos ocorridos em sua terra natal durante os quase 10 anos em que esteve ausente. As notícias, antes recebidas apenas por cartas, ganhavam carne e vida a partir dos relatos orais feitos pelos novos companheiros sobre a ebulição gerada na população portuguesa pela implantação do regime

¹⁷SAMIS, Alexandre. *Op.Cit.*, p. 249.

¹⁸ Foi justamente durante o período em que viveu no Brasil, que a posição de Neno Vasco se desenhou frente ao sindicalismo revolucionário. Fortemente tocado por Errico Malatesta, autor cujo conhecimento se deu no Brasil, Apesar do seu engajamento com a estratégia sindicalista revolucionária, Neno nunca depositou qualquer confiança nas “virtudes intrínsecas” do sindicalismo, e, muito menos, subscrevia o seu corolário: “o sindicalismo se basta a si mesmo”, como o faziam os anarquistas sindicalistas. Partindo da premissa de que a organização operária pode ser tanto instrumento de conservação burguesa como de revolução social, ele temia que o “espírito corporativista” pudesse se sobrepor ao “espírito revolucionário”, fazendo com que a “luta de categoria” sufocasse a “luta de classe”. A exemplo dos anarco-comunistas, ele julgava essencial a existência de uma organização especificamente anarquista, que deveria atuar dentro e fora dos sindicatos com o objetivo de evitar que isso ocorresse; sem, entretanto, se deixar levar pela tentação de impor ali o anarquismo como uma espécie de doutrina oficial. Ver: *Adriano Botelho – memórias & ideário*. Carlos Abreu e João Freire (orgs). Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1989, p. 58

¹⁹SAMIS, Alexandre, *Op.Cit.*, p. 258.

²⁰Idem, p. 257.

republicano em 05 de outubro do ano anterior²¹. Aos poucos o “atordoamento” gerado pela longa viagem passava e Neno não se sentia mais em “país estrangeiro”²².

Possivelmente, estas conversas converteram-se num estímulo para que Neno escrevesse, em 15 de maio de 1911, uma crônica sobre o processo que levou os portugueses a colocarem um fim no regime dinástico que imperou no país por quase oito séculos:

[...] o que já pude ver e ouvir não veio senão confirmar a opinião que daí eu trouxe formada quanto a estabilidade da República: que a República tem larga vida e que o século das restaurações monárquicas já passou. A monarquia já não encontraria elementos de vida nem no ambiente interior do país, nem na atmosfera política e social da Europa e do mundo...²³

Questão preliminar: o que levava Neno a acreditar que a República parecia gozar de larga vida, ao passo que a Monarquia já não encontraria mais elementos de vida em Portugal? Ao analisar a correlação de forças políticas entre as classes sociais presentes no processo que possibilitou a construção da República, o cronista argumentava que não existia nenhum outro país no continente europeu em condições mais adequadas para o estabelecimento do novo regime.

A *classe aristocrática*, já havia perdido qualquer capacidade de esboçar alguma resistência. Em virtude, principalmente, do desgaste que a Monarquia Constitucional²⁴ vinha sofrendo nos últimos anos, diante da incapacidade de aceitar as reformas reivindicadas pela população, esta classe possuía pouca ou até mesmo nenhuma representatividade junto à sociedade, tendo a Monarquia caído mais pela “frieza dos seus defensores” do que pelo “ímpeto dos seus atacantes”²⁵.

Nem mesmo as tentativas de contra-revolução levadas a cabo pelo ex-capitão Paiva Couceiro mereceriam qualquer atenção. Este, apesar de demonstrar alguma

²¹A implantação da República em Portugal foi resultado de um golpe de Estado realizado pelo Partido Republicano com o apoio de outras forças políticas, em 05 de Outubro de 1910, que depôs a Monarquia. Para isso, colaborou a insatisfação da população frente à subjugação de Portugal aos interesses britânicos, o poder da Igreja, os gastos da família real, a instabilidade economia e, sobretudo, a constatação de que Portugal se encontrava em atraso em relação aos outros países europeus. Ver: CATROGA, Fernando. *O Republicanismo em Portugal: Da Formação ao 5 de Outubro*. Lisboa: Casa das Letras, 2010.

²² VASCO, Neno. *Op.Cit.*, 1913, p. 17.

²³ Idem.

²⁴ A Monarquia Constitucional foi instaurada em Portugal em 1820 com a revolução liberal, conhecida como “vintismo”. A partir de então, o regime de representação das cortes divididos nas três ordens do reino: clero, nobreza e povo, foi substituído por uma assembleia parlamentar. Ver: SARDICA, José Miguel. O Vintismo perante a Igreja e o Catolicismo. *Penélope* - Revista de História e Ciências Sociais, n.º 27, Oeiras, Celta Editora, Junho de 2003.

²⁵ VASCO, Neno. *Op.Cit.*, 1913, p. 21.

“valentia nos combates”, era “nulo em política”.Couceiro representava em sua opinião “um mal averiguado fenômeno de psicologia política”, presente em quase todos os períodos de transição de regimes monárquicos para regimes republicanos, onde se evidencia uma espécie de “contraste entre o personagem e a época”, em que o “sublime” de ontem transformar-se-ia no “grotesco” de hoje. Assim, as tentativas de Couceiro, longe de lhe inspirarem qualquer “cólera irreprimível”, suscitariam antes “sorrisos de piedade”²⁶.

Segundo Neno, em todos os países onde imperava o capitalismo, a burguesia já havia demonstrado suas predileções pela República em detrimento da Monarquia, e se ela ainda não o tinha feito, era precisamente:

[...] porque teme que a vitória lhe seja arrancada das mãos pela parte avançada do proletariado industrial. E porque pelo menos receia que, tendo de apelar pouco ou muito para o povo, por mais cuidadosa e disciplinada que seja a revolução, esta ultrapasse os limites de antemão marcados, e surja ameaçadora e firmemente plantada a questão social [...] Onde, porém, a burguesia pode passar incólume o cabo tormentoso da transformação política, que limpou duma vez a máquina do Estado das sobrevivências anacrônicas, entregando-a de todo aos políticos da sua classe, onde ela pode tentar tranquilamente a aventura, graças a inexistência dum proletariado organizado de tendências socialistas, então toda ela adere gostosamente ao regime novo, abandonando as místicas saudades do passado aos palacianos e aos clericais²⁷.

Embora dividida em várias *frações*, a burguesia teria sido a classe que mais ajudou e foi ajudada com o novo regime. Por causa do pouco desenvolvimento industrial em Portugal, a *alta burguesia* lhe parecia “mais ou menos indiferente as novas formas de governo” e os “seus interesses pareciam marchar de acordo com a opinião geral”²⁸. A *pequena burguesia*, já em processo de proletarização, não parecia proceder de modo diferente. Já para a *burguesia média*, a situação era outra. Para o cronista, a República “era obra dela e para ela”, uma vez que as reformas concretizadas pelo novo regime teriam correspondido, na sua quase totalidade, aos seus interesses enquanto classe social, seja pela sua “importância numérica”, seja pela sua “independência material”²⁹.

Uma vez que a questão social não estava ainda “firmemente plantada em Portugal”, a *classe operária*, se deixando “embalar pelas promessas democráticas”, não

²⁶ Ibidem, p. 20.

²⁷ Idem, p. 226-227.

²⁸ Idem, p. 18.

²⁹ Idem, p. 19.

conseguia separar seus interesses dos da burguesia, e, por esse motivo, apoiava desde a virada do século XIX para o século XX a luta dos republicanos. De acordo com ele:

O abalo produzido pela insurreição de outubro, as promessas que os republicanos tinham sido forçados a fazer ao povo, a ingênua ilusão popular de maior liberdade, a declaração solene do direito a greve, tudo isso, é certo, contribuiu para o recrudescimento dos sindicatos³⁰.

Estas promessas, juntamente com a experiência política que as classes trabalhadoras haviam acumulado durante a luta contra a Monarquia, provocaram entretanto um extraordinário (re)nascimento do movimento sindical e uma geral intensificação dos conflitos entre capital e de trabalho após a proclamação da República. Depois de décadas de apoio aos republicanos, os trabalhadores começavam a lutar pelos seus próprios interesses. Esse era o sinal de que algo havia sacudido a modorra e despertado a consciência de classe daqueles trabalhadores, que, se existente, parecia estar adormecida.

Fato claramente perceptível no panorama sindical antes e depois da República, como podemos evidenciar a partir dos seguintes marcos cronológicos. Desde 1906, a maior parte dos sindicatos tinha perdido sua expressividade na medida que os trabalhadores se deixavam absorver pela perspectiva mais excitante da revolução republicana. Significativamente, em 1910, dos quatro sindicatos com mais de cem membros: da Construção Civil do Porto, dos Marítimos e dos Soldadores de Setúbal e dos Operários Têxteis de Lisboa, só um tinha sede em Lisboa. No entanto, o advento da República transformaria sensivelmente este quadro. Em julho de 1911 já existiam 356 sindicatos em Portugal, a maioria dos quais haviam sido fundados ou reanimados depois de Outubro de 1910³¹.

(Re)nascimento do movimento sindical certamente: mas, de qual sindicato tratar-se-ia? Primeiramente, é necessário reter que se não está falando de qualquer sindicato, mas, sim do sindicato tal como é concebido pelo sindicalismo revolucionário, estratégia de luta forjada pela Confederação Geral do Trabalho francesa e que serviu de inspiração para o movimento operário português e de outras partes do mundo.³²

³⁰ Ibidem, p. 236-237.

³¹ Informações extraídas de: PULIDO, Vasco. A República e as classes trabalhadoras (Outubro de 1910 - Agosto de 1911). *Análise Social*. Lisboa, nº 34, 1972, p. 249-250.

³² Sobre o sindicalismo revolucionário a nível internacional, sugiro: COLOMBO, Eduardo. (Orgs) *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

Na concepção sindicalista revolucionária, profundamente impregnada pelo anarquismo,³³ vemos as organizações operárias assumirem duas funções que, sem se confundirem, estão intimamente ligadas. Por um lado, o sindicato tem a função de organizar a luta por reformas dentro do sistema capitalista, que podem trazer melhorias imediatas para as condições de vida dos trabalhadores. Por outro lado, é função do sindicato também preparar os trabalhadores para o processo revolucionário, capacitando-os para autogerir a futura sociedade.³⁴ Colocando a ação direta no coração da política, o sindicalismo revolucionário apostava na possibilidade de o proletariado aprender, por si mesmo, a lutar em prol dos interesses da sua classe social, construir a consciência dos antagonismos entre capital-trabalho, superar a função do Estado e, por conseguinte, revolucionar a sociedade capitalista, fato que tornaria exequível sua reconstrução ulterior em direção ao socialismo.³⁵

O enraizamento do sindicalismo revolucionário no movimento operário português sem sombra de dúvidas antecede a implantação da República³⁶, mas, seu processo de irradiação, coincidentemente, se dá com o estabelecimento do novo regime político em terras lusitanas. Como resultado direto deste acúmulo de experiência, realizou-se na capital lisboeta o II Congresso Sindicalista, em 07 de maio de 1911, poucos dias após a chegada de Neno em Portugal.

Na realidade, as teses ali defendidas retomavam e atualizavam aquelas outrora deliberadas na sua primeira edição, realizada dois anos antes, em que a estratégia sindical de ação direta era adotada. Segundo Samis:

³³Foi a partir do trabalho desenvolvido por Fernand Pelloutier e outros anarquistas junto a Federação das Bolsas de Trabalho em fins do século XIX, que se instituiu e se estruturou a Confederação Geral do Trabalho no ano de 1902, órgão sindical, que, como já assinalamos, serviu de inspiração para o movimento operário de caráter libertário de diferentes partes do mundo. Ver: JULLIARD, Jacques. *Fernand Pelloutier et les origines du syndicalisme d'action directe*. Paris: Éditions du Seuil, 1971.

³⁴ Refiro-me, aqui, a dupla tarefa conferida ao sindicato tal como é formalizada na Carta de Amiens, que se encontra disponível em: Texte de La Charte d'Amiens. In: Miguel Chueca (org.), *Le syndicalisme révolutionnaire, la charte d'Amiens et l'autonomie ouvrière*. CNT: Paris.2006.

³⁵Esclareço que por socialismo, entendo o socialismo-anarquista, uma das forças políticas ativas no movimento operário desde o século XIX, através da teoria e prática de Proudhon e Bakunin. Para elucidar essa questão, evoco uma definição do próprio Neno Vasco: “socialismo-anarquista: – doutrina segundo a qual a anarquia é a forma política necessária da sociedade socialista, o anarquismo é o método de ação e o indispensável instrumento de realização do socialismo, tanto no presente como na expropriação final, assim como a socialização é condição essencial para a possibilidade da anarquia; teoria que defende a organização livre e a livre experimentação social, abolindo a violência quer direta (a que é exercida pelo poder político) quer indireta (a que resulta da privação dos meios de produzir, sujeitando-nos aos patrões)”. VASCO, Neno. *Op.Cit.*, 1913, p.65-66. Sobre as diferentes forças presentes e atuantes no campo socialista, ver: COLE, G. D. H. *Historia del pensamiento socialista*. México: Fondo de Cultura Economica, 1980.

³⁶FREIRE, João. Estudo introdutório In: VASCO, Neno. *Concepção anarquista do sindicalismo*. Porto: Afrontamento, 1984, p. 20.

Dentro da tradição federalista, o 2º Congresso resolvia fortalecer as Uniões Locais, de ofício ou de indústria, incentivando a formação de Associações mistas, nas categorias em que estivessem dispersas as forças organizativas, contribuindo os militantes para que se efetivassem as Federações Locais, de ofícios e de indústria. A futura Confederação Geral do Trabalho não deveria ainda ser instituída, tendo em vista Portugal encontrar-se ainda para tal em estágio de insuficiente organização operária. Dessa forma, ficava a Comissão Executiva responsável pela coordenação das futuras Confederações. Nas demais teses de “Greves e Arbitragens” e “Legislação Operária”, os princípios revolucionários foram mantidos³⁷.

Durante esse processo de (re)nascimento do movimento sindical, os anarquistas desempenharam um papel não negligenciável, tomando à frente das organizações de resistência e ultrapassando rapidamente os socialistas, que até hegemonizavam o movimento operário, mas, que seriam progressivamente isolados e marginalizados pela dinâmica do movimento sindical (doravante) revolucionário. Os socialistas permaneciam ativos apenas nas poucas organizações mútuas existentes, que se encontravam mais sintonizadas com a sua estratégia reformista, que começava a enveredar pelo parlamentarismo. A passagem de uma estratégia para outra, bem como o papel desempenhado por anarquistas e socialistas nesse processo, é colocada por João Freire do seguinte modo:

Com um discurso direto e agressivo (para os patrões e os grandes proprietários de terras) os anarquistas puderam rapidamente fazer crescer sua influência sobre as camadas assalariadas, impulsionando greves e outras ações diretas e propondo aos trabalhadores tomar o seu destino em suas próprias mãos [...] nesse período, em revanche, a influência dos socialistas diminuiu consideravelmente: eles irão se tornar claramente minoritários no movimento operário e chegarão às engrenagens do poder político apenas por meio de negociações com os republicanos e não pelo reconhecimento do eleitorado. O Sindicato era inegavelmente a força social mais ativa do país³⁸.

Enquanto anarquista engajado com o sindicalismo revolucionário, que prega, portanto, a ação direta do trabalhador fora do e contra o Estado, o que Neno esperava da recém formada República? O que Neno esperava do novo regime não era que este resolvesse a questão social. Segundo ele, a questão social nunca poderia ser resolvida na sociedade capitalista, independentemente do regime político que esta viesse a assumir.

³⁷SAMIS, Alexandre. *Op.Cit.*, p. 277.

³⁸FREIRE, João. Influences de la Charte d'Amiens et du syndicalisme révolutionnaire sur le mouvement ouvrier au Portugal, In: Miguel Chueca (org.), *Op.Cit.*, p. 94-95.

Em sua opinião:

[...] nenhuma reforma que respeite o vigente regime de propriedade, que deixe subsistir o salariado e a divisão da sociedade em classes econômicas, poderá ser a solução do problema social, nem a classe que detém o poder econômico e político se despojará a si própria ou se deixará facilmente expropriar dos seus privilégios, certos e seguros, por mais que lhe falem de socialização dos meios de produzir e de reorganização da sociedade para maior proveito de todos³⁹.

Segundo Neno, mesmo que os republicanos se ocupassem dela, eles não o faziam senão com o objetivo de engrandecer reformas superficiais, cuja finalidade era regulamentar e circunscrever direitos que eram duramente conquistados pela ação direta dos trabalhadores. Na realidade, o que Neno esperava da República era que respeitasse os direitos democráticos básicos, essenciais ao movimento operário, tais como:

[...] a liberdade de reunião, de palavra e de associação (liberdade aliás, bem mesquinha, pela privação dos meios econômicos), o direito a greve não sofismado por intimidantes medidas militares, pela pena de morte aplicada em plena praça sem julgamento pelas violências desorganizadoras sob o pretexto de manter a ordem⁴⁰.

Dito de outro modo: Neno esperava da República o que “ela era [...] e não o que ela não poderia ser”⁴¹. Mas, em que medida a República foi o que ela deveria ser segundo o anarquista, quer dizer, em que medida ela respeitou as liberdades democráticas? Assim que as primeiras greves começaram a pulular em Portugal, os republicanos assumiram uma posição oposta no que se refere aos trabalhadores.

Mas eis logo, escreveu Neno Vasco, os nossos republicanos aflitos, de mãos na cabeça, ei-los a fabricar um regulamento draconiano que, se fosse aplicado, tornaria sempre fatal a derrota dos grevistas, ei-los a empregar todos os meios de coação e intimidação em todos os movimentos importantes⁴².

Esse regulamento draconiano ao qual Neno faz alusão é o decreto que regulamenta o direito à greve. Uma vez instaurado, o novo regime regulamentou o direito à greve⁴³, porém, ergueu uma série de obstáculos que visou circunscrever e controlar o raio de ação dos grevistas. O “decreto burla”, como rapidamente passou a

³⁹VASCO, Neno. *Op.Cit.*, 1913, p. 235.

⁴⁰Idem, p. 236.

⁴¹Idem.

⁴²Idem.

⁴³Durante a vigência do regime monárquico em Portugal, o direito à greve não era legalmente reconhecido. PULIDO, Vasco. *Op.Cit.*, p. 306.

ser conhecido na imprensa anarquista e operária, exigia que os trabalhadores avisassem com pelo menos uma semana de antecedência suas intenções de paralisar o trabalho. Conforme explicitou Neno no trecho que destacamos acima, o decreto não diferia e alterava em quase nada o direito dos trabalhadores à greve. Por um lado, se o decreto fosse obedecido, ele bastaria, por si só, para derrotar os grevistas. Por outro, se fosse desobedecido, o governo intervinha violentamente com o pretexto de defender a lei, beneficiando desse modo diretamente os patrões, fato que não passou despercebido à percepção de Neno Vasco.

Representante dos interesses da classe média, para a República, as classes médias são todo o povo, e os interesses delas são os interesses de todos. A sua república é coisa sacrossanta, e de tal modo representa a liberdade e salvação de todos, para que perturbar levemente o sossego dos que a dirigem e as digeram é cair no mais hediondo crime. Que mais querem? Nós fizemos a República, instrumento de reformas; nós satisfazemos as modernas aspirações da democracia; nós renovamos boa parte do pessoal burocrático e colocamos bom número correligionário de amigos; criamos lugares novos [...] o que mais querem?⁴⁴

Disso dão o testemunho as greves rurais e urbanas ocorridas durante o biênio de 1911-1912, as quais Neno cronicou com extremo zelo. De acordo com ele, a partir de junho de 1911 inicia-se em Évora, Santarém, Coruche e outras cidades do interior alentejano um conjunto de greves gerais levadas a cabo por diferentes categorias do proletariado rural: ceifeiros, leiteiros e cavadores, em prol de uma série de reivindicações: prioridade de contratação para aqueles que residiam na localidade em que trabalhavam, fim da carestia de vida, restrição do uso de máquinas agrícolas, redução da jornada de trabalho e a estipulação de um salário mínimo.

Dentre todas as reivindicações, a que Neno destacava é aquela alusiva à estipulação do salário mínimo, talvez em virtude das especificidades assumidas pelas relações entre capital e trabalho no Alentejo, região que se encontrava constantemente submetida à crises sazonais, o que impedia com que os trabalhadores obtivessem alguma ocupação regular ao longo de todo o ano. Nesse sentido, acreditavam que a existência de um salário minimamente fixado e pago de modo parcelar, permitiria com que suportassem o outono, estação imprópria para o trabalho e não tivessem que esperar

⁴⁴ VASCO, Neno. *Op.Cit.*, p. 32-33.

até a primavera, quando as condições climáticas tornariam novamente possível o seu retorno para a lavoura e a colheita⁴⁵.

Ainda na esteira das promessas feitas no período que precedeu ao 05 de outubro, os trabalhadores rurais, crentes de que o governo trataria suas reivindicações de “maneira democrática”, organizaram a greve em conformidade com todos os ditames exigidos pela lei que a regulamentava. Apesar de terem seguido à risca o protocolo, a iniciativa dos grevistas não foi vista com bons olhos pelo governo que desencadeou um feroz processo de repressão e perseguição aos trabalhadores. Numa crônica escrita algum tempo depois, mais precisamente em 04 de fevereiro de 1912, Neno colocaria em evidência, com toda a ironia que lhe era peculiar, o contraste das atitudes tomadas por um segmento e outro no período imediato à deflagração da greve.

Viva a República! E as associações foram logo encerradas. Viva a República! E a cavalaria afugentava da cidade grupos submissos, perseguindo-os durante quilômetros. Viva a República! E os representantes dos grevistas, republicanos de velha data, vinham para as prisões de Lisboa. Viva a República! E varados pelas balas da guarda republicana caíam um morto e vários feridos, um dos quais, em 31 de janeiro de 1891, enfrentara, em defesa da aspiração republicana, a mesma repressão como com epíteto monarquista⁴⁶.

Mesmo sob o clima de forte violência pairando no ar, graças às mobilizações grevistas ocorridas em 1911, a reivindicação concernente ao salário mínimo foi atendida. No entanto, nem todos os patrões cumpriram o que foi acordado. Isso levou os trabalhadores de Évora, onde o pacto não havia sido respeitado, a entrarem em greve novamente em janeiro de 1912. Embora a reivindicação que conduziu a ela fosse a mesma, as coisas passaram-se já em outro plano, principalmente por causa da nova configuração que a relação entre a República e os trabalhadores passou a assumir⁴⁷.

Para isso convergiu a reação violenta do Estado, a experiência acumulada durante a greve realizada no ano anterior, e, igualmente, a aproximação entre os sindicalistas rurais e os sindicalistas urbanos.⁴⁸

Em conformidade com as atitudes tomadas até então, o governo desencadeou novamente um sistemático processo de perseguição aos trabalhadores rurais em Évora, fechando sindicatos sem quaisquer justificativas e ameaçando a execução de

⁴⁵ PEREIRA, Ana Paula de Brito. As Greves rurais de 1911-1912 através da imprensa. *Análise Social*, nº 77/78/79, Lisboa, 1983, p. 487.

⁴⁶ VASCO, Neno. *Op.Cit.*, 1913, p. 138.

⁴⁷ PEREIRA, Ana Paula de Brito. *Op.Cit.*, p. 486.

⁴⁸ SAMIS, Alexandre. *Op.Cit.*, p. 293.

procedimentos similares em outras associações, que, porventura, permitissem a reunião de grevistas. Por causa da onda repressiva que se abateu sobre os camponeses em Évora, os trabalhadores de Lisboa aderiram ao movimento de greve geral em solidariedade com os trabalhadores daquela parte do Alentejo.

Movimentos similares surgiram e se alastraram em Setúbal, Coimbra e outras cidades. Face à força que este movimento adquiriu no campo e na cidade, a violência do governo redobrou. Em Lisboa, onde se concentravam o maior número de trabalhadores urbanos em greve, as garantias constitucionais foram suspensas e o Estado de sítio declarado por 30 dias. Em decorrência disso, os trabalhadores, entrincheirados na *Casa Sindical*, de onde coordenavam a greve, foram cercados por forças do exército que, lançando mão de uma forte artilharia, procurava intimidar os grevistas⁴⁹.

Segundo Neno Vasco, a justificativa do governo era a de que Portugal passava por um momento em que todos deveriam se sacrificar a fim de que a República tivesse o tempo necessário para se consolidar enquanto instituição. Embora nem “todos estivessem servidos”, ninguém “teria o direito de se servir por suas próprias mãos”, pois, a impaciência era tomada enquanto indícios de “traição monárquica”⁵⁰. A necessidade que Neno tinha de enfatizar isso não era fortuita. A ideia de que sindicalistas e monarquistas haviam se aliado para (re)construir a Monarquia em Portugal, havia se tornado um fato, ou melhor, um fantasma que perseguiu os republicanos durante muito tempo, constituindo, desse modo, a pedra de toque a partir da qual edificou-se a política de repressão do novo regime⁵¹.

Nesse sentido, o cronista coloca a seguinte questão para o seu leitor: poderia haver alguma ligação entre estes dois segmentos, tão distintos um do outro? Em sua opinião, nenhuma. Mas, entre os monarquistas e os próprios republicanos talvez, já que muitos deles teriam vindo da própria Monarquia, “sem grande esforço e nem profunda mudança”. Isso o leva a conclusão “a primeira vista paradoxal”, de que os sindicalistas “seriam mais republicanos do que os próprios republicanos oficiais e oficiosos”, por lutarem pelo respeito aos direitos que eles diziam ter concedido, porém os desrespeitavam flagrantemente⁵². Para reforço da hipótese de que não havia qualquer ligação entre sindicalistas e monarquistas, ele argumentava não almejar:

⁴⁹SAMIS, Alexandre. *Ibidem*, p. 294-295.

⁵⁰VASCO, Neno. *Op.Cit.*, 1913, p. 33.

⁵¹PULIDO, Vasco. *Op.Cit.* p. 311.

⁵² VASCO, Neno. *Op.Cit.*, 1913, p.143.

[...] o regresso dum tempo de equívocos, quando para fundar a República, o proletariado se esquecia da organização e da luta de classes, ao passo que hoje, desembaraçado o terreno daquela questão política, a experiência em República há de fazer a obra sua⁵³.

A seu ver, da República Portuguesa nada se deveria esperar, não somente porque acreditava que ela seria incapaz de resolver a questão social, mas, porque o que haveria de mais positivo em um regime burguês hipoteticamente democrático, que é o respeito às liberdades básicas, a República Portuguesa parecia ser incapaz de oferecer. Mas, se Neno não esperava que a República resolvesse a questão social, e nem que ela respeitasse as liberdades básicas, haveria ainda algo que se poderia esperar dela? A única coisa que ele acreditava poder esperar da República era a desilusão dos trabalhadores. Fato que parece ter ressoado vivamente entre eles, ao fim e ao cabo das greves rurais e urbanas ocorridas durante o biênio de 1911-1912.

Os trabalhadores fartaram-se de confiar em panacéias legislativas e em promessas de patrões e políticos. Sofreram as mais cruéis desilusões. Viram o ruir das utopias democráticas de governo. Verificaram o vazio e a ineficácia das reformas legais. E por isso vão à guerra. Vão à guerra e recebem golpes naturalmente. Mas, também os vibram. Mostram ao mundo desatento, com uma sacudida brutal, a força da sua união, a importância do seu papel social e a justiça da sua causa. Tomam eles próprios consciência do seu valor e do seu poder⁵⁴

Conforme o diagnóstico do cronista, para além de erradicar toda e qualquer ilusão quanto à República, o conteúdo classista definitivamente assumido pelo novo governo, reforçou e fez avançar a ideia, cara ao sindicalismo revolucionário, de que os trabalhadores não poderiam contar senão com a sua própria ação, direta e autônoma. Em decorrência de tal constatação, é que Neno Vasco irá ingressar e se estabelecer de vez no movimento operário português, encontrando na estratégia sindical de ação direta um móbil para operacionalizar as mudanças sociais que ele e outros anarquistas pretendiam efetivar.

⁵³Ibidem, p. 19. Estes “equívocos” a que Neno Vasco faz alusão ao mencionar o apoio dado pelos trabalhadores aos republicanos na sua luta contra a Monarquia também foram seus. Nessa época, ele próprio se aproximou, por volta de 1900, de um grupo cujos esforços se concentravam na crítica do regime monárquico. Esses anarquistas, que ficariam conhecidos pelo epíteto de “intervencionistas”, entendiam que a República era um regime mais “avançado” e, por esse motivo, deveriam se aliar a republicanos, socialistas e outros setores radicais com o objetivo de destruir a Monarquia. Essa proximidade justificava-se em virtude da tática anarquista, que ao compartilhar os mesmos espaços com forças políticas oriundas de outros horizontes ideológicos, procurava fazer com que os direitos dos trabalhadores, todos eles inexistentes até então, fossem implementados após a instauração do regime republicano. A esse respeito, ver: SILVA, Thiago Lemos. A crônica dos primeiros anos de militância de Neno Vasco em Coimbra. *Revista Alpha*. Patos de Minas, v. Nov., p. 175-191, 2013.

⁵⁴VASCO, Neno. *Op. Cit.*, 1913, p. 152.

Em 29 de junho de 1913, o que não faltava a Neno Vasco era assunto para crônica. Afinal de contas, *Porta da Europa* adentro, o movimento anarquista e operário se via envolto com as investidas da Monarquia espanhola no Marrocos, os soldados franceses eram duramente reprimidos pelo governo por colocarem em questão a hierarquia militar e o conflito balcânico parecia longe de estar resolvido. No entanto, Neno optou por permanecer com os “assuntos caseiros”. Essa escolha por parte do cronista não era, de modo alguma, ingênua. A opção em cronicar um “*fait divers*” ocorrido em Portugal, justificava-se por causa da forte repressão desencadeada contra o movimento anarquista e sindicalista do país naquele momento.

Após uma série de tentativas (algumas reais outras nem tanto) contra o ministro da justiça Afonso Costa, a Casa Sindical havia sido fechada e diversos militantes anarquistas e sindicalistas, tais como: Carlos Rates, Alexandre Vieira e Pinto Quartim foram presos e levados para a cidade de Limoeiro, sem qualquer tipo de prova que ratificasse suas respectivas participações nos atentados ocorridos. Com tal atitude, Afonso Costa tinha o objetivo de isolar e, com isso, neutralizar a presença da ala mais radical do movimento operário português⁵⁵.

Disso testemunha a própria atitude de Costa que, em face das pressões populares, dentro e fora do país, admitia liberar aqueles que possuíssem emprego fixo, porém, manteria presos aqueles que se encontrassem desempregados, justificando tal medida com a alegação de que tratava-se de “desocupados” e “vadios” que incorriam no “crime de ociosidade”. Com tal medida, Costa atingia diretamente os militantes que secretariavam algum sindicato ou se encontravam em *tourné* de propaganda⁵⁶.

Valendo-se dessa onda repressiva que havia se abatido sobre a ala anarquista e sindicalista do movimento operário português, os socialistas vinculados à Federação Operária de Lisboa, de cariz reformista, convocaram para o primeiro mês do ano subsequente a realização de um congresso que visava unificar as agremiações sindicais de todo território português. Ao cronicar seus preparativos, Neno argumentava que o fato de o referido colóquio operário ter sido convocado pelos socialistas:

⁵⁵SAMIS, Alexandre. *Op.Cit.*, p. 325.

⁵⁶Idem, p. 325-329.

[...] inspirou a princípio certa desconfiança da parte dos partidários da perfeita independência do movimento operário, de classe ante todos os partidos políticos. Parecia-lhe um jogo de habilidosos captadores, feito em momento de desorganização sindicalista e de perseguição governamental, tanto mais que os promotores da reunião recusaram a adiar a sua celebração⁵⁷.

Antes, contudo, de passar ao congresso recapitulemos... no período de (re)nascimento do movimento sindical português, ocorrido logo após a proclamação da República, as associações de resistência, tendo à frente os anarquistas, cresciam numericamente em relação às associações mutualistas. Durante este processo de (re)configuração do movimento operário português, os anarquistas isolam e neutralizam os socialistas, cuja presença continua ativa apenas nas associações mutualistas, menores e menos combativas se comparadas com as associações de resistência.

Cada vez menos expressivos no movimento operário, os socialistas portugueses irão adotar a estratégia parlamentarista quase que exclusivamente. A adoção desta estratégia dos socialistas foi ironicamente registrada por Neno Vasco em uma de suas crônicas:

[...] os socialistas democráticos portugueses já não estão nos primeiros tempos, em que se começava a enveredar pelo parlamento sob ingênuos ou manhosos pretextos de propaganda ruidosa: os nossos sociais democratas entram já maduros, e aqueles ilusórios tempos vão longe...⁵⁸.

Se Neno estiver certo de que o tempo de “ilusões” em relação à estratégia parlamentar anteriormente concebida como um, entre outros, meios de propaganda do socialismo, já havia passado, então resta levantar uma questão: que objetivos possuíam os socialistas ao entrarem no parlamento? Ao que parece, a adoção da estratégia parlamentar por parte dos socialistas possuía objetivos pontualmente reformistas, que deveriam se materializar na construção de uma legislação operária, prevendo a resolução tutelar da questão social, através da mediação do Estado nos conflitos entre capital e trabalho⁵⁹.

Com a ironia que lhe era peculiar, Neno Vasco compartilhou com seus leitores sua opinião sobre como os “aspirantes a futuros deputados socialistas” deveriam

⁵⁷VASCO, Neno. O Congresso de Tomar. *A Lanterna*. São Paulo, 19/04/1914.

⁵⁸VASCO, Neno. *Op. Cit.*, 1913, p. 37.

⁵⁹PEREIRA, Joana Dias. *Sindicalismo revolucionário: a história de uma Ideia*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Nova de Lisboa, 2008, p. 41.

proceder caso quisessem ver alcançado o seu “ambicioso” projeto de criação de uma legislação operária no parlamento português:

[...] Fazer a crítica da propriedade privada, do Estado, do exército? Falar-lhes de revolução social, de socialização, de expropriação revolucionária? Credo! Qualquer programa nítido, qualquer afirmação revolucionária dispersaria aquela gente. Ali estava a burguesia média, a maior força eleitoral, pela sua instrução e pela sua relativa independência econômica. Era preciso lisonjeá-los, falar-lhes dos seus interesses, esconder em sua honra o mais rubro do programa. [...] juntar números com vagas afirmações liberais e ribombantes, sobre as quais está todo mundo de acordo [...] aceitar concursos duvidosos, fechar os olhos sobre contingentes comprometedores, levar à cabo combinações e intrigas⁶⁰.

No entanto, os socialistas nunca chegariam a ocupar qualquer cargo parlamentar por meio de seu público eleitor. Na realidade, apenas por negociações com os republicanos e nunca por meio dos votos obtidos é que eles chegariam às engrenagens políticas do Estado. Disso testemunha o trajeto percorrido pelo primeiro membro do Partido Socialista Português (PSP) que exerceu o cargo de deputado. Aberta a Constituinte em maio de 1911, foram feitas chamadas para a primeira eleição livre de Portugal, nas quais os candidatos concorreriam aos cargos de deputados.

Os socialistas se apresentaram em doze círculos eleitorais: dois em Lisboa, dois no Porto e arredores e um em Penafiel, Coimbra, Tomar, Torres Vedras, Aldeia Galega, Setúbal e Beja. Em conjunto, o PSP recolheu um total de 4000 votos, dos quais 2600 no Porto e Gaia e 800 em Lisboa, e não conseguiu eleger um único deputado. Mais tarde, por desistência de Nunes da Ponte, que se tornara governador civil do Porto, cargo incompatível com o de deputado, um socialista entrou para o Parlamento: Manuel José da Silva⁶¹:

E eis, escreveu Neno Vasco, como o governo republicano respondeu com fina ironia às suposições dos socialistas, dando-lhes os prazeres de uma primeira vitória fácil e presenteando-os com o que se pode bem chamar de uma “entrada de favor” no teatro da representação nacional... Se eles depois não souberem corresponder à gentileza, é porque são dotados de muito mau coração!⁶².

⁶⁰VASCO, Neno. *Op.Cit.*, 1913, p. 38.

⁶¹Logo nas primeiras semanas de trabalhos da Assembléia, entretanto, os republicanos mostrar-se-iam de uma hostilidade incontornável para com ele, isolando-o e, por conseguinte, reduzindo-o a uma apagada impotência. PULIDO, Vasco. *Op.Cit.*, p. 309.

⁶²VASCO, Neno. *Op.Cit.*, 1913, p. 37.

O que explica, entretanto, esse tímido desempenho do PSP nas eleições? Para entender essa questão devemos levar em consideração a relação de forças existente dentro e fora do movimento operário português. Entre os trabalhadores vinculados aos sindicatos de resistência, onde os anarquistas davam o tom, a legislação operária era combatida e afastada enquanto resolução para o problema da questão social, portanto se abstinham de votar nas eleições. Entre os trabalhadores dos sindicatos mutualistas, lugar onde os socialistas poderiam recrutar algum apoio, eram politicamente inexpressivos devido ao seu baixo valor numérico. Além disso, grande parte do contingente populacional que integrava o proletariado português, era analfabeta e, por esse motivo, era impedida de votar⁶³. Os membros da burguesia que eram sensíveis à questão social tomavam a dianteira dos projetos de legislação operária e, por esse motivo, não abriam espaço para os socialistas⁶⁴. Tal constatação leva o cronista à seguinte ilação:

[...] os socialistas, podiam ter-se dispensado do parco esforço que fizeram para levar ao parlamento um deputado: Constituinte está cheia de amigos do proletariado que se apressaram a apresentar, na ausência do representante social-democrático, um punhado de projetos e propostas⁶⁵.

Em virtude dos reiterados insucessos no terreno parlamentar, os socialistas procuravam redimensionar sua estratégia tentando se (re)aproximar do movimento operário português, após chegar à conclusão que sem uma forte base de apoio sindical não poderiam pressionar, ainda que de fora, o Estado para fazer avançar suas propostas de legislação operária; daí a sua chamada para o referido congresso, no qual eles se beneficiariam por causa da ausência da sua ala mais radical⁶⁶.

Os objetivos dos socialistas, entretanto, ver-se-iam radicalmente frustrados por causa de dois eventos que ocorreriam nos primeiros meses de 1914: as greves dos ferroviários e a postura do próprio governo que, tendo à frente o presidente Bernardino Machado, procurou apresentar uma proposta de reconciliação nacional, anistiando os anarquistas e sindicalistas que se encontravam presos no Limoeiro⁶⁷.

Ao discutir a nova postura do governo, Neno Vasco não transigia em seu diagnóstico, afirmando que a postura de Bernardino Machado não deveria ser tomada como indício de simpatia pela luta dos trabalhadores. Muito pelo contrário, para ele

⁶³PULIDO, Vasco. *Op.Cit.*, 1972, p. 309.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 308.

⁶⁵ VASCO, Neno. *Op.Cit.*, 1913, p. 40.

⁶⁶PEREIRA, Joana Dias. *Op.Cit.*, p. 65.

⁶⁷SAMIS, Alexandre. *Op.Cit.*, p. 342.

todos os governantes eram “iguais”, tratar-se-ia apenas de uma diferença de temperamento entre eles. Alguns eram mais “rudes” e “violentos” do que outros, porém, continuavam a operar dentro da mesma lógica. Partindo de tal premissa, ele traçou um interessante perfil a respeito das diferenças entre Bernardino Machado e Afonso Costa. Ao contrário de Costa, Bernardino era:

[...] a cordialidade em pessoa chapelada para a direita à esquerda, apertos de mão à toda gente. A amabilidade deste político chega a ser excessiva e enfastia até os próprios colegas; e a caricatura daquela cortesia política e diplomática, que é a rede viscosa de onde se pesca peixe⁶⁸.

Uma vez que os militantes presos voltaram a engrossar as fileiras da ala mais radical do movimento operário português, os anarquistas e sindicalistas concordaram em participar do referido congresso, procurando, tanto quanto fosse possível, com que este assumisse a feição alcançada pelo II Congresso Sindicalista realizado em 1911. Ficava, desse modo, confirmada a realização do Congresso tendo como palco a cidade de Tomar, no dia 14 de março de 1914, com a adesão de 103 sindicatos e 7 federações⁶⁹. Para Neno, o referido colóquio operário era o mais importante realizado em Portugal, nem tanto pelos números, que, por si só, justificariam este juízo de valor, mas também, e, sobretudo, pelos debates travados sobre o método mais adequado que os trabalhadores deveriam usar em sua luta contra os patrões⁷⁰.

Com efeito, se Neno Vasco acreditava que a importância assumida pelo Congresso se devia aos métodos ali debatidos, resta levantar uma questão, aparentemente banal, mas, de suma importância: no que eles consistem? De um lado, os socialistas buscavam tomar a dianteira das organizações sindicais, com o objetivo de transformá-las em uma força para pressionar o Estado a fim de que os projetos de legislação operária fossem aprovados no parlamento. De outro, os anarquistas buscavam reforçar a autonomia dos sindicatos face aos partidos políticos e ao Estado.

Qual foi, entretanto, o método que saiu vitorioso? De certa forma, os dois, porque embora o congresso deliberasse que o sindicato possuía autonomia em face dos partidos políticos, tal como é possível evidenciar no seu terceiro artigo⁷¹, em revanche,

⁶⁸VASCO, Neno. Políticos e Política. *A Lanterna*. São Paulo, 14/03/1914.

⁶⁹SAMIS, Alexandre. *Op.Cit.*, p. 342.

⁷⁰VASCO, Neno. *Op.Cit.*, 1914.

⁷¹Idem.

no décimo⁷², não ficava suficientemente claro se era permitido ou não que um operário que pertencesse à administração do sindicato pudesse participar de eleições parlamentares. Como desdobramento disso:

[...] O Congresso não agradou inteiramente os ciosos da independência sindical, aos que desejavam um operariado emancipando-se a si mesmo [...] mas esperemos que a atividade e a vigilância dos revolucionários neutralizem esse perigo e que um futuro congresso definitivamente o suprima sem perigo de novas divisões⁷³.

Como se pode evidenciar, as resoluções deliberadas durante o colóquio operário não haviam agradado inteiramente os anarquistas e sindicalistas, os quais ele identifica vagamente como aqueles que seriam “ciosos da independência sindical”. Mas, para Neno em que medida tais resoluções o agradaram ou desagradaram? Segundo Neno, para que os sindicatos cumprissem seus objetivos, presentes ou futuros, no que concerne à luta por melhorias imediatas na sociedade capitalista e, igualmente, viabilizasse a ginástica revolucionária para que os trabalhadores criassem a consciência necessária para (re)construir a sociedade num sentido socialista, seria necessário evitar duas opções, que se encontravam intimamente ligadas com a correlação de forças políticas ativas no interior do movimento operário português:

[...] o primeiro é a subordinação da organização operária a um partido político ou a adoção duma doutrina oficial, por mais revolucionária que ela seja; o segundo é, com pretexto de independência; suprimir dentro do sindicato o franco e leal embates dos métodos e ideais, agindo no terreno e com os meios que o sindicato oferece⁷⁴.

Ao rejeitar a primeira, ele alude aos socialistas que procuravam instrumentalizar o sindicato para transformá-lo em correia de transmissão da sua ideologia, ignorando o fato de que os operários somente poderiam se impor politicamente caso permanecessem unidos sobre os seus interesses comuns enquanto assalariados, o que significava, portanto, permanecer fora dos partidos políticos e sua luta pelo poder no Estado. Caso essa escolha fosse aceita a autonomia, pedra de toque identitária do sindicalismo de ação direta, ver-se-ia seriamente ameaçada. Para além da confusão gerada entre os trabalhadores, a violação da autonomia sindical poderia redundar em algo ainda mais

⁷²Idem.

⁷³Idem.

⁷⁴Idem.

perigoso devido a um “autoritarismo inconsequente”: ver as ideias de uma minoria artificialmente transplantadas para uma maioria.

A segunda escolha, por ele igualmente rejeitada, remete à correlação de forças no interior do próprio movimento anarquista português⁷⁵. Os anarquistas sindicalistas e os anarco-comunistas, que formavam as duas correntes mais expressivas, do movimento anarquista junto aos trabalhadores, não estavam totalmente de acordo com as prédicas da Confederação Geral do Trabalho francesa. Tanto os primeiros, quanto os segundos, concordavam que a ação sindical, um dos canais por excelência da ação direta, era de suma importância para que os trabalhadores construíssem sua consciência enquanto classe social, mas discordavam quanto aos alcances e limites dessa ação.

Entendendo que o sindicalismo revolucionário era a forma histórica assumida pelo anarquismo na modernidade, os anarquistas sindicalistas, tais como Manuel Ribeiro, concluíam que o “sindicato se bastava a si mesmo” para atingir o socialismo libertário. Em virtude disso, dispensavam a existência de um grupo especificamente anarquista que agisse, enquanto minoria ativa, dentro dos sindicatos para realizar a propaganda anarquista⁷⁶.

Em troca, os anarco-comunistas, tais como Neno Vasco, inferiam que, conquanto o sindicato não devesse adotar o anarquismo como doutrina oficial e se manter aberto a todos os trabalhadores, este “não se bastava a si mesmo” para atingir o socialismo libertário, mesmo que recebendo o adjetivo de revolucionário. Temendo que a tendência reformista dos sindicatos integrasse os trabalhadores na sociedade capitalista, ele julgava essencial que os anarquistas organizados e identificados enquanto tal, atuassem dentro dos referidos organismos operários enquanto guardiões da sua consciência revolucionária.

Ao enunciar suas considerações finais sobre a crônica d’ *O Congresso de Tomar*, Neno Vasco coloca em evidência as relações de força entre as diferentes correntes existentes e atuantes no movimento operário português, porém, sublinha que: “unir as forças não é nivelar as tendências, nem abdicar das opiniões. Pelo contrário, a alma da união está na tolerância”, logo o papel dos anarquistas dentro dos sindicatos seria

⁷⁵Tema que retoma e atualiza, em Portugal, o debate entre o anarquista-sindicalista francês Pierre Monatte e o anarco-comunista italiano Errico Malatesta durante o Congresso Anarquista de Amsterdam em 1907. A esse respeito conferir: MONATTE, Pierre. Em defesa do sindicalismo; MALATESTA, Errico. Sindicalismo: A crítica de um anarquista. In: WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L & PM, 1981.

⁷⁶FREIRE, João. Estudo introdutório In: VASCO, Neno. *Op.Cit.*, 1984, p. 24-26.

“conquistar não os estatutos e as declarações oficiais, mas o espírito dos associados e das massas para se traduzir espontaneamente em fatos”⁷⁷.

Apesar dos embates teóricos, as resoluções práticas foram encaminhadas no sentido de unificar “a família proletária” sobre o terreno da luta contra os patrões com os meios que provêm da “força dos produtores”. Ficava, assim, informa Neno, constituída a transitória UON, a partir da qual deveria ser edificada futuramente a Confederação Geral do Trabalho Português⁷⁸.

Ao passar em revista alguns dos fatos ocorridos durante 1913 para os leitores do periódico paulistano *A Lanterna*, Neno traçava, *Da Porta da Europa*, um quadro sombrio do ano que encontrava-se em vias de se findar:

O ano que vai encerrar-se segundo calendário gregoriano daqui a dezesseis dias não foi dos mais felizes para os ideais de liberdade. Não vale a pena recapitular por miúdo os feitos que os distinguiram ou as graves ameaças de retrocesso que durante ele se manifestaram. A crônica nem sempre integralmente registrou as passo a passo. A reação militarista teve na Europa um novo ganho de vitalidade após a carnificina balcânica, precedida e em parte preparada pelas criminosas aventuras de Marrocos e Trípoli. Do mesmo modo se avigoram, recuperando ousadia e insolência a reação burguesa e a repressão antiproletária, a guerra declarada a todas as tentativas de organização e de emancipação da classe trabalhadora⁷⁹.

Este quadro tornar-se-ia ainda mais sombrio no ano seguinte... Corroborando sua hipótese sobre o pendor “guerrista”⁸⁰ da burguesia, vem a lume, em 14 de julho de 1914, um conflito bélico envolvendo as potências imperialistas de diferentes países europeus: de um lado do front, estava a *Tríplice Entente*, formada por Inglaterra, França

⁷⁷VASCO, Neno. *Op.Cit.*, 1914.

⁷⁸Idem.

⁷⁹VASCO, Neno. Revista de 1913. *A Lanterna*. São Paulo, 10/01/1912.

⁸⁰ O processo de militarização dos Estados pertencentes aos países europeus não poderia ser entendido corretamente se desvinculado do próprio desenvolvimento do capitalismo naquele momento. Para ele havia íntima relação entre um processo e outro, o qual ele retoma e realça numa outra crônica, escrita em meados de 1912. “Nos grandes países, industrialmente desenvolvidos, há um poderoso partido favorável as conquistas dos mercados, as expedições coloniais e as guerras para o esmagamento de rivais e concorrentes: e em todos os Estados, grandes ou pequenos, a burguesia que chama Pátria ao seu patrimônio burocrático e financeiro, a expressão política dos interesses econômicos, trata de exaltar o sentimento popular para a defesa desse patrimônio e a garantia desses interesses. Em todos eles igualmente se cria uma forte coligação de grupos interessados em armamentos, na multiplicação de batalhões no desenvolvimento do militarismo”. VASCO, Neno. *Op.Cit.*, 1913, p. 257-258. Para tanto, precisava criar ou alargar o seu poderio militar, possibilitando com que tivesse condições de rivalizar pela aquisição desses novos nichos de exploração econômica, demonstrando seu pendor guerrista.

e Rússia, de outro lado, Alemanha, Império Austro Húngaro e Itália formavam a *Tríplice aliança*⁸¹.

Quase um mês após sua deflagração, Neno escreveu:

A monstruosa conflagração estorou há um mês, e a todos nos parece que os horríveis acontecimentos caminham lentamente, com um vagar doloroso e desesperante, como um pesadelo atroz. Uns só vêem ou só receiam a guerra em si; outros descortinam através delas novos horizontes, claros ou sombrios, conforme seus íntimos desejos e as suas esperanças, e tem pressa de chegar a fim, de ver o resultado... E todos se debatem no meio das dúvidas, das mentiras interessadas, das explicações engenhosas de cada beligerante, das notícias incompletas e contraditórias⁸².

Apesar das incertezas advindas da recém instaurada guerra, Neno Vasco acreditava que, paradoxalmente ou não, todas as forças políticas que se encontravam presentes no referido conflito, tinham esperança de que algo sobreviesse ao caos resultante dela. Desse modo, os clericais contavam o fortalecimento da fé, os imperialistas contavam com o reforço do seu poderio militar, os monárquicos com o enfraquecimento da república. Declarada a guerra, ele manteve a postura antimilitarista, porém, argumentou ser possível esperar algum benefício indireto dela, acreditando que o seu prolongamento poderia enfraquecer o capitalismo e deixá-lo vulnerável às investidas revolucionárias.

Fazendo suas as posições de um amplo grupo de correntes políticas ativas no movimento operário europeu, que ele enuncia como “revolucionários sociais”, o cronista explicita essa estratégia.

Os revolucionários sociais sempre foram inimigos acérrimos da guerra entre as nações, não só como causadora de grandes hecatombes e enormes danos materiais, mas, especialmente como fomentadora do espírito imperialista e retrógrado. E não se arrependem dos seus atos e dos seus sentimentos ante a atual conflagração, fosse embora o abalo formidável causa direta ou indireta duma transformação política ou social. Assim fizeram os revolucionários sociais quanto a guerra pelos interesses capitalistas [...] Mas, desde que a guerra é um fato consumado o que nos resta senão esperar alguns benefícios compensadores e procurarmos alargá-los e provocá-los?⁸³.

⁸¹SAMIS, Alexandre. *Op.Cit.*, p. 350.

⁸²VASCO, Neno. Incertezas e esperanças. *A Lanterna*. São Paulo, 19/09/1914. Apesar de publicada nesta data, a crônica foi escrita em 30 de agosto do referido ano.

⁸³VASCO, Neno. A Guerra! *A Lanterna*. São Paulo, 03/10/1914.

Previsão que, em maior ou menor medida, ver-se-ia confirmada pelos acontecimentos. Desse modo, enquanto o *front* da Grande Guerra ainda encontrava-se de pé, bolcheviques⁸⁴, anarquistas e outras forças políticas ativas no interior do movimento operário russo engajavam-se no processo revolucionário que se iniciava naquele país em 1917. Simultaneamente a tal convulsão social na *Porta* oriental da *Europa*, em Portugal aconteciam greves gerais, que faziam a burguesia tremer diante da possibilidade de um evento revolucionário de natureza similar no país.

Como desdobramento destas greves⁸⁵, era criada a CGT em 1919, substituindo a UON. Afastando os setores reformistas, representados pelos socialistas⁸⁶, os anarquistas conseguem manter a autonomia daquele organismo operário, reforçando a ideia de que os sindicatos não devem se subordinar a nenhum partido político⁸⁷.

Diante da revolução proletária que se lançava como outra possibilidade de (re)organização social em prol da igualdade e da liberdade, os ímpetos de transformação trazidos pelos ventos russos contagiavam Neno Vasco e os anarquistas portugueses. Antes de tudo, uma questão elementar: qual foi a posição de Neno perante os acontecimentos na Rússia? A pouca definição dos rumos assumidos pelo processo revolucionário por causa do andamento da guerra, levava nosso biografado a manter uma atitude de apoio crítico.

Com os olhos na Epopeia, ele escreveu uma crônica para *A Batalha*, onde justificava sua posição. Uma vez que o processo revolucionário ver-se-ia sob a ameaça da reação burguesa, ele não vaticinava ao colocar de forma clara e aberta sua solidariedade para com os trabalhadores russos.

A burguesia mundial dirige neste momento contra a revolução a tríplice ofensiva geral das armas, da fome e do aleive, antes que se congelem as águas do inverno e se caldeiem pelos vulcões da solidariedade operária [...] Porque ela vê na convulsão social mais o seu poder de irradiação do que seu valor intrínseco imediato. Por isso, ela acredita que é preciso destruir o exemplo antes que ele frutifique, apagar o foco antes que ele se propague, matar o germe antes que ele desabroche na florescência da vida plena [...] armar a contra-revolução no interior, pagar as guerras no exterior, provocar o terror vermelho,

⁸⁴Os bolcheviques surgiram de uma dissidência do Partido Social - Democrata Russo, quando da iminência da Revolução na Rússia em 1917. Tendo à frente Lênin, estes acreditavam que a revolução deveria realizar o programa máximo (revolução socialista), enquanto os mencheviques advogavam o programa mínimo (revolução democrática). Daí a origem das legendas bolchevique (máximo) e mencheviques (mínimo). A esse respeito ver: TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Faísca, 2007.

⁸⁵ Sobre estas greves ver: SAMIS, Alexandre. *Op.Cit.*, p. 385-391.

⁸⁶ PEREIRA, Joana Dias. *Op.Cit.*, 2008,p.11.

⁸⁷ SAMIS, Alexandre. *Op.Cit.*, p. 402.

para acusar de terror sanguinário a necessidade da defesa revolucionária [...] estrangular um povo imenso de homens pacíficos, de crianças e de mulheres, com o garrote celerado do bloqueio, para acusar de incapacidade a revolução, privada de todas as fontes e elementos de reorganização social⁸⁸.

No entanto, Neno não confundia o anarquismo com o bolchevismo e tinha consciência das profundas diferenças que afastavam estas duas forças políticas. Numa outra crônica, publicada no ano anterior, no jornal *Aurora*, ele revela suas reticências às premissas teóricas que fundamentavam a ação prática dos bolcheviques no que se refere à ditadura do proletariado.

Se fosse abolida a propriedade particular e ficasse um governo, esse concederia privilégios para um partido seu e assim faria ressurgir a burguesia ou uma burocracia rica; se fosse abolido só o governo, em breve o capitalismo faria renascer outro, qualquer que fosse o nome, para lhe garantir privilégios⁸⁹.

Diante da iminência de que a revolução poderia ser destruída antes que se consolidasse, Neno Vasco tendia, entretanto, a ver como uma questão secundária os aspectos que singularizavam anarquistas e bolcheviques. Sob este aspecto, ele inclusive endossava o apoio que os anarquistas deram aos bolcheviques a fim de conter o avanço contra-revolucionário⁹⁰. Em seu ponto de vista, as questões relativas ao método, tática e organização dos dois grupos deveriam ser avaliadas como uma questão interna do “bloco revolucionário”, devendo, entretanto, serem revistas em um momento posterior à vitória proletária sobre a burguesia. A esse propósito, ele sublinhou:

[...] o dualismo entre a força popular, criadora, orgânica, renovadora dos Soviéticos, e as tendências centralizadoras, burocráticas, ditatoriais dum novo governo ou duma nova excrescência política é um problema a resolver entre os revolucionários, vencido o inimigo comum ou assegurada a sua derrota⁹¹.

Embora a Revolução Russa não respeitasse os princípios essenciais que orientavam o pensamento libertário na sua integralidade, Neno acreditava que os anarquistas não deveriam deixar de apoiá-la. Para o cronista, era necessário que o processo sublevatório tivesse tempo para “destruir todas as peças exteriores”, conquistar

⁸⁸VASCO, Neno. Com os olhos na Epopeia. *A Batalha*. Lisboa 20/12/1919.

⁸⁹APUD SAMIS, Alexandre. *Op.Cit.*, p. 396.

⁹⁰VASCO, Neno. *Op. Cit.*, 1919.

⁹¹Idem.

para a revolução “ampla liberdade de ação e desenvolvimento”, trazer e introduzir possibilidades materiais, para que ela pudesse revelar “todas as suas virtudes”. Isso seria o que a reação burguesa não queria e, em revanche, o que todos os revolucionários ambicionavam “unanimente” de acordo com nosso biografado⁹².

A posição de Neno não era unânime, não pelo menos no que se refere à apreciação do bolchevismo, revelando as relações de força entre as diferentes correntes políticas existentes dentro movimento operário português. Levados pelos ventos que sopravam da Rússia, alguns viam na ação de Lênin e seus correligionários algo a mais do que um potencial aliado na luta revolucionária, que após o afastamento da reação, deveria ser combatido para que posteriormente se efetivassem as transformações num sentido socialista libertário. Dentre estes, se destacava Carlos Rattes. Através da seção editorial d’A *Batalha*, Rattes publicou em 1920 um livro intitulado *A Ditadura do Proletariado*, onde apresenta e discute os decretos que um Conselho de Comissários, sob a direção da CGT, deveria outorgar em caso de uma hipotética revolução proletária em Portugal. De acordo com Freire, o seu argumento se centrava na constatação de que:

[...] insurreições fazem-se muitas entre nós, mas, se o operariado quer, de fato, fazer a revolução social, tem que garantir o seu sucesso por meio de um instrumento: a ditadura do proletariado. Mas, como Rattes conhece bem a situação portuguesa e a sua organização operária, aposta numa forma de ditadura que seria conduzida a partir do sindicalismo e onde o papel do partido guia é ainda nebuloso⁹³.

Os anarquistas d’A *Batalha* que se encontravam mais próximos da posição de Neno Vasco em relação à Revolução Russa, não deixariam seu interlocutor sem um contradito. Vários desses militantes tomaram a palavra neste debate, através das páginas do referido periódico, apresentando uma apreciação dos fatos distinta daquela enunciada por Rattes. Estes reiteravam seu apoio à revolução, porém eram contrários à ditadura do proletariado, pois caso os trabalhadores a aceitassem, estariam assinando seu próprio atestado de óbito. Segundo, ainda Freire:

Que o órgão da CGT veicule nas suas páginas posições tão claramente contrapostas, mostra-nos um pouco como a hesitação seria grande entre o operariado organizado sobre se deveria seguir os exemplos dos seus irmãos na Rússia, ou seguir pela segunda vez [...] os discípulos de Bakunin, contra os discípulos de Marx⁹⁴.

⁹²Ibidem.

⁹³FREIRE, João. Estudo introdutório In: VASCO, Neno *Op.Cit.*, p.30.

⁹⁴Idem, p. 31.

No entanto, para dar uma resposta a Rattes e àqueles que se identificavam com suas “fantasias ditatoriais”, era necessário um ensaio de maior fôlego teórico, que fosse capaz de fazer frente às ressonâncias, segundo eles, funestas causadas pela “euforia bolchevique”⁹⁵. Para tal empreitada, Alexandre Vieira, anarquista de grande visibilidade no interior da CGT, sugeriu o nome de Neno Vasco, que aceitou o convite prontamente. Liberado das responsabilidades que possuía enquanto colaborador permanente d’*A Sementeira*, que havia deixado de circular desde o fim de 1918, e diminuído consideravelmente o número de crônicas para *A Batalha*, jornal com o qual contribuía desde o início de 1919, ele pôs-se a “redigir” o livro, que se chamaria *Concepção Anarquista do Sindicalismo*⁹⁶ e sairia do prelo pelo núcleo editorial d’*A Batalha*, mesma editora que publicou o livro de Rattes.

Coloquei “redigir” entre aspas, porque o livro não era de todo inédito. Na realidade, ele recupera grande parte da sua produção cronística que vinha sendo publicada na imprensa anarquista e operária no Brasil e em Portugal durante a última década. Ora, se, em grande parte, o livro recupera sua produção cronística já publicada, em que medida ele poderia ser uma resposta ao debate com Rattes, debate que encontrava-se apenas em vias de se constituir? Com efeito, se levarmos a sério a hipótese de que seu livro é uma resposta a Rattes, seríamos forçados a aceitar que ele não apenas “recupera”, mas, também “atualiza” a discussão sobre a *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, tema que lhe perseguiu em grande parte da sua vida e que se encontrava em um momento em que surgiam novas questões que precisavam ser respondidas por causa da agitação revolucionária surgida na Rússia e em outros países.

Além disso, se o livro é uma resposta a Rattes, trata-se de uma resposta indireta, e isso se justifica pela simples apreciação do fato de que seu interlocutor é evocado duas vezes ao longo de quase duzentas páginas. Todavia, na medida em que analisamos de maneira mais cuidadosa seus argumentos principais, não parecem restar muitas dúvidas de que o seu objetivo era de fato este.

Uma vez presente no debate, Neno Vasco acreditava que, caso alguns pontos fossem desenvolvidos com maior clareza, as questões sobre *A Concepção Anarquista do Sindicalismo* poderiam elucidar grande parte dos impasses nos quais os anarquistas se encontravam em face do sucesso da proposta bolchevique.

⁹⁵Ibidem.

⁹⁶ O livro foi originalmente publicado em 1923, pelo núcleo editorial d’*A Batalha*.

A morte prematura de Neno Vasco em 15 de setembro de 1920, o impediu de concluir o primeiro livro e de iniciar o segundo, tal como era previsto. Embora incompleto, o livro traz o fundamental da sua *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, naquele momento. Mas, em que medida o livro atingiu o seu objetivo, quer dizer em que medida ele serviu para que os anarquistas portugueses pudessem construir sua própria opinião sobre a Revolução Russa e o papel desempenhado pelos bolcheviques?

Apesar de previsto para ser publicado em 1920, o livro só sairá em 1923. É sugestivo, porém não conclusivo, que esse adiamento da publicação do livro encontre sua razão de ser na própria correlação de forças no interior do movimento operário português. Como já vimos, os membros da CGT não se encontravam em total acordo no que se refere a essa questão. Se voltarmos *A Batalha*, iremos perceber como o referido periódico, oscila entre posições contrárias nesse período.

De acordo com Freire:

Há por exemplo as regulares crônicas de Augustin Hamon, grande número delas sobre a Rússia, onde se espelha uma posição de apoio crítico, próxima da que teria Neno Vasco. [...] notícias e avisos referentes às reuniões preparatórias do lançamento do Partido Comunista Russo, porventura mais numerosas do que as dos grupos anarquistas [...] é por exemplo significativo que ao mesmo tempo que começam já a surgir nas suas páginas notícias vindas da Rússia que falam das perseguições aos anarquistas pelo novo poder⁹⁷.

Nesse sentido, a hipótese de Freire sobre a existência de forças políticas, mais simpáticas à estratégia bolchevique, tentando silenciar a voz de Neno Vasco no interior da CGT parece-nos bastante plausível. Sob este aspecto, é sintomático que Rates e outros antigos membros da referida agremiação operária, estivessem entre os futuros cofundadores da *União Maximalista Portuguesa* (UMP), em 1919, e do Partido *Comunista Português* (PCP), em 1921. No entanto, a partir do momento em que outras notícias, ou pelo menos outras versões destas, chegam até Portugal, a CGT começa oficialmente a elaborar um diagnóstico distinto sobre a natureza do regime bolchevique. Essas outras versões sobre um mesmo fato, ou até mesmo apreciação de outros, tais como a repressão dirigida por Trotsky aos marinheiros de Kronstadt, no golfo da Finlândia, e ao exército maknovista, na Ucrânia, que exigiam, em que pesem suas singularidades, a autonomia dos soviets no processo de construção da sociedade

⁹⁷FREIRE, João. *Op.Cit.*,p.38.

socialista, acabou por tornar insustentável a aliança, ainda que tática, entre anarquistas bolcheviques⁹⁸.

Em 17 de Julho de 1921, na “Em face dum novo Partido Político”, a CGT demarca sua posição, afastando-se do bolchevismo: “o proletariado, a caminho da sua emancipação pela libertação da tutela dos senhores de hoje, não quer criar novas cadeias onde os prendam, amanhã, novos senhores”⁹⁹. Como mais tarde refere *A Batalha*, “a nota oficiosa da CGT a propósito do manifesto de apresentação do Partido Comunista Português, parece não ter agradado a certos elementos”¹⁰⁰. O conflito instala-se nas várias organizações, sendo expulsos dos seus cargos alguns militantes que ingressaram no PCP, havendo outros, contudo, que pela confiança que mereciam das suas células, se mantiveram no meio sindical¹⁰¹.

No III Congresso Nacional Operário, em 1922, é confirmada a preponderância anarquista, onde a CGT reafirma os postulados básicos do sindicalismo revolucionário, anteriores à Revolução Russa, e adere à Associação Internacional de Berlim, que reunia várias associações sindicalistas revolucionárias e procurava fazer um contraponto à III Internacional, sediada em Moscovo, que reunia associações sindicalistas alinhadas aos Partidos Comunistas¹⁰².

No ano seguinte, *A Batalha* publica *A Conceção Anarquista do Sindicalismo*, mostrando que o livro de Neno Vasco poderia e deveria servir de estímulo teórico para os desafios que os anarquistas passariam a enfrentar durante esse processo de (re)construção do sindicalismo revolucionário em Portugal.

REFERÊNCIAS

Bibliografia específica

VASCO, Neno. *Da Porta da Europa*. Lisboa: Biblioteca Libertas, 1913. Acervo pessoal de Milton Lopes.

VASCO, Neno. *O Pecado da Simonia*. São Paulo: Centro Editor Juventude do Futuro, 1920. Acervo pessoal de Alexandre Samis.

⁹⁸SAMIS, Alexandre. *Op.Cit.*,p.423.

⁹⁹APUD PEREIRA, *Op.Cit.* ,p. 155.

¹⁰⁰Idem.

¹⁰¹Idem.

¹⁰²Idem.

VASCO, Neno. *Greve dos Inquilinos*. Lisboa: Editora de A Batalha, 1923. Acervo pessoal de Alexandre Samis.

VASCO, Neno. *Concepção anarquista do sindicalismo*. Porto: Afrontamento, 1984.

VASCO, Neno. A marselhesa do Fogo. In: KHOURY, Yara Aun (Org.). Poesia Anarquista. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, nº 15, 1988.

VASCO, Neno. Os Parasitas. In: PRADO, Arnoni; HARDMAN, Foot; LEAL, Claudia (Orgs). *Contos Anarquistas: temas & textos da prosa libertária no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

Bibliografia geral

ABREU, Carlos, FREIRE, João. (orgs). *Adriano Botelho – memórias & ideário*. Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1989.

CATROGA, Fernando. *O Republicanismo em Portugal: Da Formação ao 5 de Outubro*. Lisboa: Casa das Letras, 2010.

COLE, G. D. H. *Historia del pensamiento socialista*. México: Fondo de Cultura Economica, 1980.

COLOMBO, Eduardo. (Orgs) *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

Dicionário Histórico-Biográfico do(s) anarquismo(s) no Brasil. Uberlândia, Mimeo.

FREIRE, João. A Sementeira do arsenalista Hilário Marques. *Análise Social*, Lisboa, nº. 67/68, 1981.

_____. Estudo introdutório In: VASCO, Neno. *Concepção anarquista do sindicalismo*. Porto: Afrontamento, 1984.

_____. Influences de la Charte d'Amiens et du syndicalisme révolutionnaire sur le mouvement ouvrier au Portugal, In: Miguel Chueca (org.). *Le syndicalisme révolutionnaire, la charte d'Amiens et l'autonomie ouvrière*. CNT: Paris, 2006.

JULLIARD, Jacques. *Fernand Pelloutier et les origines du syndicalisme d'action directe*. Paris: Éditions du Seuil, 1971.

La Charte d'Amines. In: Miguel Chueca (org.), *Le syndicalisme révolutionnaire, la charte d'Amiens et l'autonomie ouvrière*. CNT: Paris, 2006.

PEREIRA, Ana Paula de Brito. As Greves rurais de 1911-1912 através da imprensa. *Análise Social*, nº 77/78/79, Lisboa, 1983.

PEREIRA, Joana Dias. *Sindicalismo revolucionário: a história de uma Ideia*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Nova de Lisboa, 2008.

PRADO, Arnoni; HARDMAN, Foot. Apresentação. In: PRADO, Arnoni; HARDMAN, Foot; LEAL, Claudia (Orgs). *Contos Anarquistas: temas & textos da prosa libertária no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

PULIDO, Vasco. A República e as classes trabalhadoras (Outubro de 1910 - Agosto de 1911). *Análise Social*. Lisboa, n° 34, 1972.

SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário em Dois Mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SARDICA, José Miguel. O Vintismo perante a Igreja e o Catolicismo. *Penélope - Revista de História e Ciências Sociais*, n.º 27, Oeiras, Celta Editora, Junho de 2003.

SEIXAS, Jacy Alves de. *Memoire et oubli: Anarchisme et Syndicalisme Revoluttionaire au Brésil*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1992.

SILVA, Thiago Lemos. *Fragmentos biográficos de um anarquista na Porta da Europa: a escrita cronística como escrita de si em Neno Vasco*. Dissertação (Mestrado em História), UFU, Uberlândia, 2012.

_____. A crônica sob a pena de Neno Vasco: entre a arte e a militância. *Comuna de Patos*. Patos de Minas, 2012. Disponível em: <http://comunadepatos.blogspot.com.br/2012/09/neno-vasco-cronica-de-um-anarquista.html> .

_____. A crônica dos primeiros anos de militância de Neno Vasco em Coimbra. *Revista Alpha*. Patos de Minas, v. Nov., p. 175-191, 2013.

TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Faísca, 2007.

WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L & PM, 1981.

Imprensa Operária

A Sementeira, Lisboa. 1908-1913. Acervo Pessoal de Jacy Alves de Seixas.

A Lanterna, São Paulo. 1909-1916. Arquivo Edgard Leuenroth.

A Batalha, Lisboa, 1919-1927. Biblioteca Social Fábio Luz.